

AS PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE INFLUENCIAM A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DA CIDADANIA

*João Clemente de Souza Neto*¹
*Eloisa Helena de Souza Cabral*²

Este artigo contém resultados de diferentes pesquisas sobre as práticas de solidariedade desenvolvidas por organizações assistenciais. Embora não seja recente no Brasil, este fenômeno, a partir de 1980, ganhou uma nova feição, mais na linha dos direitos e da cidadania, do que simplesmente como ato assistencial. As práticas de solidariedade podem ser ferramentas favoráveis ao despertar da autonomia, da criatividade e da capacidade de escolher, próprias do sujeito, dentro de um contexto de estruturação da vida

1

João Clemente de Souza Neto é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-doutorando na mesma Instituição. É orientador do Programa de Mestrado, pesquisador, gestor e professor no Centro Universitário FIEO. É pesquisador, gestor e professor na Universidade Mackenzie. É pesquisador e membro do NESCCI-PUC-SP. É consultor da Pratein, membro do Instituto Catequético Secular São José, presidente da Ages e agente da Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa, São Paulo/Brasil. Estas Instituições defendem os direitos da criança e do adolescente.

² *Eloisa Helena de Souza Cabral* é mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – Brasil, doutoranda em Ciências Sociais da mesma instituição. Professora titular de Sociologia da Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Armando Alvarez Penteadó (FAAP), São Paulo – Brasil e membro do International Society for Third-Sector Research (ISTR) da Johns Hopkins University – Baltimore – USA.

sedimentada em valores livremente assumidos. Colabora para esta convergência de aspirações subjetivas e objetivas, em vista da construção da cidadania, a práxis dos usuários, gestores e voluntários das organizações não-governamentais (ONGs). Condição para isso é ajudar os envolvidos a canalizar suas pulsões, por meio de relações de amizade e confiança, motivadoras da criação de estratégias de sobrevivência, como recursos pedagógicos. Essas práticas abrem aos envolvidos diferentes perspectivas, na linha de experiências humanizadoras que podem construir e fortalecer espaços de cidadania. A gestão social pode se apresentar, nesse sentido, como um instrumento capaz de potencializar a expressão solidária dos gestos, expectativas, necessidades e interesses dos públicos que confluem no espaço de trabalho das ONGs.

Acompanhamos, durante dez anos, várias experiências de entidades sociais, usuários e voluntários que resolveram suas necessidades e chegaram a participar do processo de construção de esferas públicas, tais como conselhos da criança e do adolescente (CMDCA), da saúde e da educação. Nesse movimento, tomaram consciência de que as relações sociais se modificam, à medida que o cidadão participa de organizações empenhadas na vida. Encontramos aqui uma pedagogia gestora que impulsiona as pessoas a tomarem posicionamentos. A partilha de olhares e a convivência com as práticas de solidariedade alteram e transfiguram os sujeitos e as forças sociais envolvidas. A esperança alimentada no cotidiano sustenta no sujeito a capacidade criativa. O processo pedagógico nas ONGs deve tomar como pressuposto a responsabilidade dos usuários por suas opções. Pensar o sujeito é refletir sobre uma constelação de fatores. Os diversos públicos (doadores, instituidores, funcionários, público-alvo e voluntários) que interagem nesse espaço comunicam expectativas e interesses permeados pela missão institucional. A gestão social

pode explicitar os determinantes de suas aspirações, fazendo-os convergir de modo organizado (cf. Souza Cabral, 2003).

A *Declaração do Milênio* situa na solidariedade, praticada nas comunidades locais e nos Estados, como um todo e entre si, a “chave do êxito”. Ela poderá propiciar aos desfavorecidos a oportunidade de melhorar a qualidade de vida. Estados, organizações e pessoas mais afortunadas têm a responsabilidade ética de ajudar aqueles a quem falta o essencial para sobreviver. Governantes e líderes políticos de todo o mundo devem dar prioridade à proteção dos grupos mais vulneráveis e acompanhar as estratégias da solidariedade, o fomento das instituições de direitos humanos e a ampliação dos canais de participação, sustentada pelo equilíbrio do desenvolvimento econômico e social. Defendemos uma política pautada na ética, na solidariedade, no amor, na sabedoria, na partilha e na biofilia, com a meta de edificar uma sociedade autônoma e criativa, constituída de homens e mulheres livres dos engodos da exploração, da vitimização e da coisificação, que são concebidos e se assumem como sujeitos de direitos.

O ordenamento jurídico brasileiro, favorável à práxis de uma política da vida, não chegou ainda a radicar-se na cultura, no cotidiano e nas representações sociais. O modelo político-econômico nacional reforça a reprodução da desigualdade, à medida que transforma esse ordenamento num instrumento de controle e emancipação, de exclusão e inclusão, simultaneamente. *Na prática*, a concepção da construção do sujeito ético, presente na gênese do ordenamento jurídico, desde 1988, degenera para o fortalecimento do sujeito vítima. O mesmo pode suceder com as políticas sociais. Criadas para formar o sujeito, por vezes enveredam pela lógica do controle, típica da manutenção do mal-estar social. Com isto, o poder local e as práticas de solidariedade, à luz de uma ideologia dos direitos

humanos e de uma pseudodemocracia, podem se transformar em mecanismos de sujeição dos corpos, da subjetividade, do amor e da felicidade. Esta dinâmica reforça a sociedade em que

“[...] abundam os direitos e as convocações a participar, os diálogos, enfim, os pluralismos. É uma sociedade democrática; é uma sociedade de controle; é o apogeu da Revolução Francesa expelindo as tiranias de reis e príncipes; é a era da diplomacia, da nova tirania, a mesma tirania do Um, como disse [...] La Boétie, no século XVI. É a era de outras guerras, formadas por batalhas que ultrapassam os objetos de guerra. Se o corpo-a-corpo havia sido ultrapassado na sociedade disciplinar, pela dizimação ou mutilação em massa de corpos, agora a visão do extermínio é sobre o incalculável. Faz-se o corpo tanto desaparecer num instante pelas armas devastadoras como manter-se íntegro, num sono profundo e eterno propiciado pelas armas bioquímicas. A sociedade de controle não é a sociedade de mortos e vivos, mas de mortos, vivos e desaparecidos. [...] A vida e a morte passam a ser potenciais. A guerra não é mais visível; ela se aparenta cada vez mais com a política, atuando nas invisibilidades. A política é a guerra por outros meios, de vida de alguns, mortes de muitos por tecnologias diferenciadas. A indústria bélica tende a ceder lugar à biotecnologia” (Passeti, 2003:254).

O movimento de luta pelos direitos humanos em todo o mundo não pode ser concebido apenas como expressão da bondade aparente dos que detêm o poder. É também produto de múltiplas lutas seculares dos que acreditam numa sociedade sem exploração e dominação, que possa garantir a autonomia dos indivíduos, pautada na ética emancipadora. Acreditamos coexistirem nele tanto um controle que oprime quanto um que emancipa. A democracia e as práticas de solidariedade visam à melhoria das condições de vida das pessoas, mas também permitem reproduzir a desigualdade, manter o processo de exclusão social e aumentar a produção (cf. Souza Neto, 2003). A sociedade do controle busca criar inúmeros mecanismos de eliminação das subversões (Alliez, 2000:372). Registramos que o controle será burocratizante ou produtor da emancipação, na dependência das circunstâncias sociais em que está inserido. Faz-se, então, necessário compreender as

práticas sociais no cenário de correlações de forças econômicas, sociais, religiosas, culturais e éticas. Por este olhar, a gestão das práticas de solidariedade poderá ser canalizada para a consolidação de uma cultura de direitos.

Os conflitos fundamentais da sociedade capitalista não encontram soluções definitivas nas lutas por conquistas sociais, uma vez que, de cada necessidade atendida, emerge um conjunto de outras necessidades. A economia capitalista cria os excluídos em massa,

“[...] confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na economia – exceto em proporções muito pequenas –, mas na sociedade. Nós vivemos em sociedades cujo ‘tecido social’ está, como se diz, ‘esgarçado’, decompõe-se em várias sociedades cada vez mais compartimentadas, estanques. [...] uma economia da qual o Estado decidiu se desobrigar pouco a pouco de aspectos da vida social. Mas o Estado não é abstração pura, uma instituição vinda de outra de outro planeta. O Estado governa, ele é o que aqueles que governam fazem dele” (Gaudelier, 2001:9).

O movimento social é paradoxal, uma vez que exclui e também inclui. Por este olhar, as ONGs são simultaneamente espaços da reprodução da desigualdade social e de inclusão. Poderão dar maior vazão à biofilia ou à necrofilia, em função das condições históricas e psicológicas e da sociedade em que vive.

Por esse aspecto, os espaços de solidariedade tendem a conduzir os homens a se orientarem mais pela biofilia, em vista da construção de uma sociedade autônoma e emancipadora, em detrimento da necrofilia, que os aproxima da barbárie. Em si mesmas, as práticas de solidariedade e as políticas sociais não são essencialmente boas ou más, mas

podem ser instrumentos de dominação ou de libertação. Na realidade, as ações das ONGs, dos conselhos, dos processos participativos e da democracia trazem tanto elementos da necrofilia, que constituem formas de manutenção dos tiranos, “lobos vestidos de cordeiros”, quanto da biofilia, que permitem a libertação e o crescimento humano de alguns segmentos sociais. Sem absolutizar as práticas de solidariedade dos últimos anos, entendemos que elas permanecem como utopias que devem ser continuamente avaliadas em direção a um projeto emancipatório.

Apesar de melhorarem a qualidade de vida de uma parcela da população pobre, no Brasil, as práticas de solidariedade não impedem que a desigualdade social permaneça e se amplie, que os ricos e poderosos aumentem sua riqueza e poder. Esta é uma realidade que se pode observar no seguinte depoimento a seguir, que residiu num abrigo para crianças e adolescentes, durante doze anos.

“Eu vi minha mãe e meu irmão serem mortos pelo meu pai, e depois vi matar meu pai. Todo este sofrimento carrego aqui dentro, mas estou lutando para organizar minha família com meus dois irmãos. Passei muitos anos sem saber o que significa felicidade. Graças à escola e ao pessoal e o abrigo, hoje posso falar que sou feliz. Tenho meu trabalho e um lugar para morar.” (Depoimento de Beatriz, 2003.)

Uma pessoa que tenha a experiência de Beatriz pode perder o gosto pela vida, acarretado pelo luto e pela culpa. Está subjacente nas entrelinhas do seu depoimento que os amigos e as práticas de solidariedade tendem a fortalecer o verdadeiro *self* (cf. Winnicott). As políticas sociais e as práticas de solidariedade, porém, só podem ajudar o verdadeiro *self* se forem capazes de auscultar as reais necessidades dos usuários, em vista da construção do sujeito ético. Isto não significa que apenas pela mudança de ambiente uma pessoa marcada pelo luto e pelo sofrimento consiga superar o desencantamento. É necessário que possa

interagir com um ambiente saudável que lhe ofereça condições para construir o verdadeiro *self*. Mas a falta de um espaço suficientemente saudável revigora o falso *self* e leva à impossibilidade de superar o luto e a reprodução da violência. Às vezes, o indivíduo tem até que desenvolver um pouco o falso *self*, para evitar a destruição do verdadeiro.

Aí reside a importância de que a gestão dos esforços das ONGs congregue elementos que emanam da consideração das relações sociais que permeiam os públicos. De acordo com Souza Cabral (2003), esses elementos demandados para a gestão são os atributos do conceito de *espaço público não-estatal*: representatividade de interesses coletivos, democracia interna, qualidade e efetividade de serviços, visibilidade social, universalidade, cultura pública, autonomia e controle da sociedade sobre suas finalidades e procedimentos. De modo coordenado e convergente (Wanderley, 1998), a consideração desses atributos permite que a ONG se desenvolva em modos tendentes à conformação de um espaço público no qual a relação público-privado adquire formas coerentes com os aspectos humanistas que apontamos anteriormente. Sustentamos que a solidariedade é o elemento fundamental que, quando considerado, conecta a gestão e seus processos àqueles atributos constitutivos.

O sujeito precisa ter clareza de que vive numa sociedade de riscos e que os perigos estão por toda parte. Sustentado por utopias, encontra forças para se mover nesse mundo desafiador, à medida que aprende a se apropriar dos elementos do passado e a antecipar o futuro, na linha da esperança. Para isto, tem que acreditar que a existência humana é muito mais do que o mundo interno e externo, que ultrapassa os eventos sociais, que os elementos da estrutura social e da vida cotidiana constituem partes da vida enquanto totalidade. Ambiente saudável e condições sociais são uma espécie de apoio para o

autodesenvolvimento. Localizamos a missão institucional da ONG como o elemento que se comunica com o sujeito e adquire as representações dele, expressando uma forma de compreensão dos riscos e de sua superação. Como Beatriz, o sujeito busca ocupar posições sociais e de apropriação em relação

“[...] ao mundo social, que constitui e reconstitui em suas ações, deixando de captar num nível empírico a natureza do empoderamento humano. A vida social moderna empobrece a ação individual, mas favorece a apropriação de novas possibilidades; ela é alienante, mas ao mesmo tempo, de maneira característica, os homens reagem contra as circunstâncias sociais que acham opressivas. As instituições modernas tardias criam um mundo de oportunidades duvidosas e riscos de alta consequência. Mas este mundo não constitui um ambiente impermeável que resiste à intervenção. Enquanto os sistemas abstratos penetram profundamente a vida cotidiana, as respostas a tais sistemas ligam as atividades do indivíduo a relações sociais de amplitude indeterminada” (Giddens, 2002:163).

Mesmo que muitos intelectuais postulem a passividade dos indivíduos diante da força esmagadora do sofrimento, percebemos em sujeitos como Beatriz uma reação. Isto nos leva a crer que o sujeito sempre reage, à luz de suas utopias, crenças e circunstâncias, às vezes com pequenas ações que repercutem, ou não, no seu cotidiano, pela perspectiva do coletivo ou do individual. Nesta mesma direção, as relações macro podem, ou não, influir no cotidiano. A utopia desse texto é crer que as políticas sociais e as práticas de solidariedade não têm apenas como objetivo integrar os indivíduos que enfrentam uma realidade de sofrimento e de desigualdade social, mas potencializá-los para construir novas possibilidades. Elas repercutem na construção da subjetividade, de forma a ajudar o sujeito a reduzir e a encontrar mecanismos para dirimir práticas de violência, dotadas de um caráter estrutural e antropológico (cf. Souza Neto, 2001). A gestão social, por esse aspecto, corrobora a repercussão almejada, induzindo a instituição a amplificar, no interesse do sujeito, as potencialidades que os modos solidários apresentam.

Em nossa análise, buscamos evidenciar que políticas sociais e práticas de solidariedade não são apenas mecanismos de controle, dominação ou transferência de responsabilidades. Por essa perspectiva, discordo da concepção liberal que se apropria das bandeiras populares para transferir a responsabilidade do Estado à sociedade civil. A fim de concretizar os ideários de igualdade, fraternidade, justiça social, há necessidade de um esforço das forças sociais que atuam no município, para construir uma esfera pública que produza serviço de atendimento público de qualidade, fundado na ética, na transparência e no direito. Nessas condições, a gestão social, como instrumento de organizar com finalidade social os esforços das ONGs, pode produzir seus efeitos. Os pressupostos apontados acima dialogam com o conceito de espaço público não estatal e têm como consequência o emergir

“[...] de experiências de construção de espaços públicos, tanto daqueles que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública, como daqueles que se constituem como espaço de ampliação e democratização da gestão estatal. Estamos aqui nos referindo à implementação, ao longo da última década, dos vários conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamento participativo etc. Esse processo de democratização, que se inicia com a luta contra a ditadura militar e se estende aos nossos dias, sem previsão quanto ao seu término, não é linear, mas deve ser entendido como desigual no seu ritmo, nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social e política, combinando avanços, estagnação e, até mesmo, retrocessos” (Dagnino, 2002:10).

A luta entre sociedade civil e sociedade política é expressão de um determinado período histórico e manifesta uma nova forma da luta de classes. Não visa à mera divisão de poder, mas a uma nova composição que pode permitir à classe trabalhadora conquistar novos direitos. Nossa pesquisa busca informar sobre a dificuldade desta conquista e manutenção, numa sociedade de cultura autoritária. A negação dos direitos é uma constante, faz parte da dinâmica social. Estas transformações não provêm apenas de um

indivíduo concreto, mas de um organismo, um

“[...] elemento social complexo, no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Esse organismo já foi dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido a primeira célula na qual se contêm germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci in Badaloni, 1991:91).

No município, um dos organismos que buscam agregar as forças sociais e canalizá-las para as mudanças sociais são os conselhos. Eles dão uma certa visibilidade às lutas políticas, uma vez que sua natureza é influir nas decisões do Estado, por meio de reivindicações ou de indicação de caminhos.

“Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivos; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais [...] O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada [...] com a sociedade civil. [...] Os conselhos devem se deter, também, sobre medidas que visem ao reordenamento institucional dos órgãos da administração pública responsáveis pela execução das políticas sociais dentro do seu campo específico de intervenção.” (Moreira, in Dagnino 2002:50.)

O papel dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente não é prestar serviços e sim formular políticas sociais (cf. ECA, 88), sensibilizar o Estado e a sociedade no cumprimento dos direitos e defender aqueles que têm os direitos violados. Neste sentido, pode-se afirmar que os conselhos são esferas públicas que não deixam de ter suas fragilidades e limites, próprios de uma cultura política autoritária como a brasileira. A gestão social, que suscita o desenvolvimento de modos e possibilidades novas de reprodução do espaço público não-estatal, garante o acesso do trabalho desses conselhos a um nível superior de finalidades e de conexão com a missão institucional. Expectativas de

que eles resolverão todos os problemas da democracia ou de que impedirão que os direitos sejam violados devem ser evitadas. Os conselhos são ferramentas para construção de uma sociedade mais equitativa, por meio de um processo participativo de avanços e recuos, de continuidade e descontinuidade, de ruptura e retrocesso, como é possível observar nos diferentes conselhos, no território brasileiro.

Nossa atuação nesses espaços permite observar que as políticas sociais desenvolvidas no município e na Federação se sustentam sobre uma base movediça, instrumento de uma ideologia que tanto pode justificar o Governo quanto ajudar a população. Devemos é nos prevenir, mediante diferentes articulações com as forças democráticas e da participação, para que as práticas de solidariedade não se transformem em vendedoras de ilusões e utopismos, voltadas mais a justificar a desigualdade e as formas de marginalização e de assistencialismo, do que a garantir o bem-estar social. Os Conselhos Municipais, as organizações não-governamentais, as entidades assistenciais e os movimentos sociais devem sempre rever se são, de fato, canais emancipadores ou, ao contrário, apenas veículos da criação de falsos sonhos e ilusões. O exercício da solidariedade emancipadora opera no sentido de articular as exigências do indivíduo, da sociedade e do mercado, não se limita à ampliação de oportunidades e possibilidades no ou do mercado, mas, sobretudo, insiste na produção de esperanças e oportunidades da vida como tal. Acreditamos que a solidariedade tende a conjugar as forças econômicas, políticas, culturais, sociais e a subjetividade, para além da simples reprodução da vida, para que cada indivíduo, movimento e grupo possam assumir o comando de sua história nas próprias mãos, como afirma a assistente social.

Esta luta é sempre refeita, diante das novas necessidades, que emergem a cada conquista. A prática da solidariedade não existe apenas porque algumas pessoas resolveram ser “boazinhas”, deve ser um princípio ético, uma exigência para a garantia da perpetuação do Planeta e da humanidade. Em síntese, para que a solidariedade

“[...] não seja mero efeito de poder, necessita, primeiro, de autocrítica, por conta de sua natural ambigüidade. A discussão biológica em torno da cooperação mostra que ela é bem possível, mas tem propensão angustiante em submeter-se a efeitos de poder. Segundo, a solidariedade dos marginalizados significa a oportunidade da cidadania coletiva em marcha, para que possa ser feito um bom combate. Terceiro, é crucial que a solidariedade dos marginalizados não perca de vista o projeto contra-hegemônico como obra coletiva que precisa ficar acima de todas as querelas possíveis. É comum que grupos emancipados se fechem, imaginando já que só eles merecem emancipar-se contra tudo e contra todos. Quarto, solidariedade, nesse contexto, implica redistribuição de renda e de poder: a qualidade de vida de cada qual está em função da qualidade de vida de todos. Quinto, embora seja imprescindível confrontar-se com os opressores até às últimas conseqüências, ao final é mister também fazê-los parte do mesmo projeto emancipatório, o que significa ser solidário com os não solidários. Vale, aqui, o argumento da seleção grupal: grupos com indivíduos mais solidários têm melhores chances de sobreviver” (Demo, 2002:272).

Circunscritas nas correlações de forças de um contexto democrático, as práticas de solidariedade no município contribuem para o fortalecimento das políticas públicas, pela perspectiva da vida, não defendem privilégios, mas procuram construir o bem-estar comum. Ao contrário, nos últimos anos, o discurso dos governantes preconiza, freqüentemente, uma solidariedade que tem mais a finalidade de patrocinar os privilegiados e desfavorecer os empobrecidos, de garantir o progresso dos banqueiros e das grandes empresas, protegendo a corrupção. A solidariedade de fachada utiliza mecanismos de cumplicidade, pelos quais os detentores do poder agem no sentido de dividir os fracassos e não de promover a inclusão de todos. Ela só contribui para “[...] encobrir o governo que [...] cuida da moeda e dos bancos, além dos compromissos impostos internacionalmente pela cúpula neoliberal”

(Demo, 2002:163). A prática da solidariedade que defendemos é tecida com energia inteligente e criativa, pela maioria no município, e canalizada a serviço da política da vida. Sem um processo de liberdade e de participação, as instituições democráticas se transformam em instituições burocráticas que garantem os interesses das oligarquias.

Para que a solidariedade não se transforme em mero instrumento de poder, faz-se necessário tratá-la por um viés crítico que traga à luz sua peculiar ambigüidade. Quando se volta para a inclusão dos marginalizados, ela não pode desviar o olhar da necessidade de utilizar um projeto contra-hegemônico que imponha uma prática de redistribuição do poder e da renda. Ancorados neste princípio e à luz da perspectiva gramsciana, inferimos que a municipalização das políticas sociais no Brasil, desencadeada a partir dos anos oitenta, é um processo de reformas sociais que pode ajudar a melhorar a qualidade de vida da população brasileira, criar condições para um salto qualitativo rumo a uma cultura democrática fundada numa atitude ético-política e contribuir com as forças que desejam superar a cultura da corrupção. Citamos aqui a experiência do município de Diadema, em São Paulo, onde o movimento de participação gerou uma cultura democrática e produziu um homem público pautado na ética do bem-comum (cf. Souza Neto, 1993; Manzini-Covre, 1998). As pesquisas demonstram que os municípios que desenvolveram práticas de gestão democrática reduziram a cultura do mal-estar social.

O investimento nos conselhos é um recurso para reverter o mal-estar social. Acredita-se que sejam mais de 27 mil, em mais de 5.500 municípios. Além destes, há os conselhos nacionais e estaduais, e os do Distrito Federal. Em 1999, com base nos dados do IBGE, o IBAM fez um levantamento, que apresentamos na tabela 01:

Tabela 01. Distribuição de Conselhos Municipais segundo as Regiões

Regiões	Municípios	Conselhos Municipais	Média de Conselhos por Município
Brasil	5.506	26.859	4,88
Norte	449	1.851	4,12
Nordeste	1.787	7.674	4,29
Sudeste	1.666	8.229	4,94
Sul	1.159	6.883	5,94
Centro Oeste	445	2.222	4,99

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

A ocorrência de conselhos ultrapassa a média de 4,5 por município, sendo que o Norte e o Nordeste estão um pouco abaixo desta média. Destes conselhos, os que mais nos interessam são os CMDCA's e os conselhos da assistência, saúde e educação, cerca de vinte mil, cuja distribuição podemos observar na tabela 02, de acordo com a faixa de população.

Tabela 02. Distribuição dos Conselhos Municipais de Saúde, Assistência, Educação e Direitos das Crianças e Adolescentes, segundo as faixas de população

Faixas de população (por mil)	Número de Municípios	Saúde	Assistência Social	Educação	CMDCA's
Total	5.506	5.425	5.036	5.010	3.948
até 10	2.727	2.678	2.428	2.466	1.629
10 I—20	1.392	1.375	1.288	1.275	1.063
20 I—50	908	897	858	830	787
50 I—100	279	276	267	253	271
100 I—500	174	173	169	162	172
500 e mais	26	26	26	24	26

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999 – IBAM.

Observa-se, na tabela 02, que apenas cerca de 60% dos municípios têm CMDCA's, enquanto os conselhos da saúde, educação e assistência, em 1999, atingiam mais de 90% das cidades. Segundo nossa perspectiva, os conselhos são uma reserva de solidariedade e de ética que pode ser deslançada para a construção da política da vida. Este movimento de participação e de democratização tem contribuído para desenhar um outro retrato do Brasil. Mesmo assim, os dados estatísticos demonstram a permanência de um mal-estar social. Em

todos esses conselhos, há participação e representação de organizações não-governamentais, o que demonstra que uma boa gestão consegue canalizar as forças sociais para defender a vida e criar políticas sociais (cf. Souza Neto, 2004).

A dinâmica dos movimentos de reforma traz em seu bojo a luta entre as forças tradicionais e progressistas, sem interromper seus projetos, impulsiona a sociedade a um outro patamar de civilidade, sem eliminar as correlações de forças. Apesar dessas dificuldades, a descentralização da assistência é uma exigência institucional para responder às necessidades da população empobrecida:

“De uma forma geral, acho que ela é importante para o fortalecimento, mesmo local, e para o entendimento das reais necessidades das pessoas que realmente podem ser atendidas, dentro da realidade onde elas vivem, dentro da cultura, enfim. Acho que na parte de planejamento ainda tem muito que avançar, o que acaba sendo uma normatização de cima para baixo. Nós não construímos uma sociedade e nos debatemos com a idéia da municipalização. Parece simplesmente a mudança de onde vem o recurso e a forma em que vem o recurso. Agora, no sentido de que a municipalização tem que acontecer na ótica do munícipe, eu acho que isso não está garantido ainda. Acho que o grande avanço seria isso, para realmente pensar, praticar e realizar uma nova cultura do poder local, de participação e da democracia participativa. Mesmo agora, essas idéias são pouco debatidas. Os técnicos estão discutindo a centralização e a municipalização em termos de planejamento de normalização. Agora, de realmente enraizar esses conceitos, de debater e de publicizar, eu acho que não vem acontecendo.” (Dep. da representante do Foro Municipal.)

Uma análise dos indicadores sociais desses municípios e dos depoimentos permite constatar que pensar o poder local não é concebê-lo em oposição ao estadual, ao federal e mesmo ao internacional. Não há possibilidade de um desenvolvimento local sem a parceria com outras esferas do poder público e sem diretrizes de políticas sociais com investimento do Governo Federal. Os depoimentos indicam que a ausência de uma agenda federal sobre a questão da infância e da adolescência repercute negativamente no município, que o

espaço local reúne as condições para melhor atender à população excluída, uma vez que as políticas do Governo Federal não conseguem chegar até elas. Os programas dos Governos Federal e Estaduais são coerentes na sua formulação e têm um princípio ético, na maioria das vezes, permanecem enlaçados a entraves burocráticos e, mesmo, a pessoas e organizações antiéticas que os impedem de chegar à comunidade local. Acredita-se que uma gestão democrática municipalizada possibilitaria estabelecer mecanismos para ampliar o acesso daqueles que estão excluídos. Quando nos referimos ao espaço local, não estamos presos só ao município ou à prefeitura; em alguns casos, estamos nos referindo a espaços plurimunicipais, como é o caso da Região Grande Oeste de São Paulo, que também deve ser pensada como uma integração de vários municípios pelos quais a população transita. Os Governos Federal e Estadual devem estimular os municípios próximos a pensar e a planejar estratégias comuns. A construção da política da amizade ou da vida, no Brasil, tem que passar por uma mudança ideológica e cultural na sociedade, atingir os indivíduos na sua forma de ser, de pensar e de agir. Há necessidade de que o homem público aprenda a utilizar o poder no sentido de construir o bem comum e não apenas para satisfazer interesses próprios e de grupos e, nesse sentido, apontamos a prática da gestão social como instrumento desse processo e dessa necessária aprendizagem. Falamos do político por vocação, aquele que é e se sente responsável pela comunidade, que se alimenta da utopia da solidariedade, possui um olhar antitrágico e criador, coloca em primeiro lugar a existência humana e não interesses privados.

Bibliografia

- ALAYÓN, N. *Assistência e assistencialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: 34, 2000.
- ARAÚJO, J. N. Garcia de et alii (orgs.). *Figura paterna e ordem social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BORÓN, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- COSTA, João B. Araújo. *Poder local, democracia, participação popular*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1993, mimeo.
- COUTINHO, Nelson Carlos. *Gramsci*. Porto Alegre: L&M, 1981.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 2000.
- DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Solidariedade como efeito do poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Análise do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. *O coração do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974a.
- _____. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. et alii. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *A política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HISADA, Sueli. *A Utilização de Histórias no Processo Psicoterápico*. Rio de Janeiro: Revinter: 1998.
- IAMAMOTO, M. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1988.
- IANNI, Octavio. *Idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *No caminho de Hermes a Sherazade*. Taubaté: Vogal, 1996.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. "O surgimento do antivalor." In *Revista Novos Estudos*, nº 27, Cebrap, 1990.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SOUZA CABRAL, Eloisa Helena de. *Gestão Social no Terceiro Setor: Avaliação de processos e missão institucional*. *Oficina do CES*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº 190, 2003.
- SOUZA NETO, João Clemente de. *Relatório de pesquisa: A influência das políticas sociais na construção do sujeito*. Osasco: UNIFIEO, 2004.
- _____. *Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Expressão & Arte, 2002.
- _____. *A trajetória do menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Expressão & Arte, 2003.
- _____. *De menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Nuestra América, 1993.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola, 1997.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. O ensino público não estatal: uma inovação? *Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC, v.40-4, p. 365-370, abr. 1998
- WINNICOTT, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Arte Médica, 1994.
- _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.